

	<p><b>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</b></p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: <a href="mailto:sucondsef@dieese.org.br">sucondsef@dieese.org.br</a> Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

## **Relatório 40<sup>1</sup>:**

# **Relatório de acompanhamento da PEC 32**

**06 de agosto de 2021**

---

<sup>1</sup> Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

## 1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 39)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 7 informações, com destaque para: - Informação 01 – Especialistas afirmam que reforma administrativa não prioriza desempenho do serviço público. Informação 02 – Entidades entregam manifesto a Lira contra reforma administrativa.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas aos dias 03/08 e 04/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **117 Requerimentos** para realização de **Audiências Públicas** e **vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 03 de agosto da enquete relativa à PEC.
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescentado a esse Relatório da PEC 32, o **item 8** – Acesso aos **documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, inclusive com as apresentações do dia 04 de agosto.
- No item 9 – Agenda do dia, previsão de audiência pública sobre o tema: Avaliação de Desempenho e Qualificação de Servidores Públicos. **Segundo o Plano de Trabalho da Comissão, as atividades foram reiniciadas a partir de 03 de agosto, com previsões de atividades até o dia 19 de agosto.**

## 2 – Informações sobre a PEC 32

**Informação 01** – **Especialistas afirmam que reforma administrativa não prioriza desempenho do serviço público**

Avaliações individuais de servidores não vão garantir melhoria do serviço público, segundo especialistas ouvidos pela comissão

05/08/2021 - 15:38

Especialistas ouvidos nesta quinta-feira (5) pela comissão especial que analisa a reforma administrativa ([PEC 32/2020](#)) afirmaram que a proposta mira a avaliação dos servidores de maneira individual e não o desempenho do serviço público. Como a PEC também abre espaço para que pessoas de fora do serviço público atuem como gestores públicos, os mesmos especialistas acreditam que a situação é agravada, porque as metas poderão mudar de maneira aleatória.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Ismar Viana, disse que há o risco de o servidor ser culpado pela falta de condições de trabalho caso a avaliação fique focada apenas no desempenho do indivíduo. Viana disse que é fundamental que a gestão tenha objetivos claros para que metas possam ser cobradas.

Ele também acredita que ao incentivar a livre indicação para cargos públicos, a proposta de reforma administrativa vai induzir à rotatividade no serviço público. “Ela vai de alguma forma impulsionar também o amadorismo, o despreparo na prestação do serviço público. Isso na contramão daquilo que se quer hoje, que são decisões pautadas em dados e evidências. Como eu vou conseguir dados com agentes públicos sem qualificação alguma? Então, eu vou acabar impulsionando decisões aleatórias”, avalia.

Ismar Viana argumentou ainda que a nova [Lei de Licitações](#) e a [Lei do Governo Digital](#) se baseiam em ambientes íntegros e confiáveis no serviço público e em corpos técnicos permanentes, tudo com o objetivo de evitar a corrupção.

Também o professor da Fundação Dom Cabral, Humberto Martins disse que é importante ter líderes comprometidos com o serviço público para que a gestão funcione. “A PEC está muito focada em gestão de pessoas e o faz também de uma maneira razoavelmente reducionista. É preciso tratar a gestão de desempenho, que é mais ampla”, defendeu.

## **Resultados**

Para o coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, Fernando Freitas, a reforma administrativa proposta pelo governo tem foco no ajuste fiscal, na possibilidade de demitir servidores e reduzir salários; o que, segundo ele, não deveria ser o objetivo principal. Ele lembrou que a Constituição já prevê lei complementar para a avaliação dos servidores e que vários entes federativos já fazem essa avaliação.

Professora da Fundação Dom Cabral, Renata Vilhena afirmou, porém, que as avaliações atuais não funcionam. “O que é feito hoje é um processo de avaliação de desempenho, um processo burocrático no qual a maioria das pessoas recebe nota máxima. Um processo que não mede se as pessoas realmente estão desempenhando bem as suas tarefas”, disse.

Renata defendeu a reforma no sentido de melhorar a cobrança de resultados pelos servidores. Segundo ela, a remuneração deveria ser variável conforme estes resultados.

O deputado [Rogerio Correia \(PT-MG\)](#) lamentou que a proposta não fale em qualificação do servidor. Ele também criticou a regulamentação da avaliação de desempenho por lei ordinária, em vez de lei complementar. “O governo poderá editar uma medida provisória que vai permitir a estados, municípios e União demissão em massa e a substituição por servidores que serão não estáveis”, alertou.

O deputado [Professor Israel Batista \(PV-DF\)](#) informou que o Tribunal de Contas da União deu 15 dias de prazo para que o governo divulgue os estudos que embasaram a reforma

administrativa. O deputado disse que o governo já divulgou cálculos de uma economia de R\$ 300 bilhões em dez anos com a reforma e, em seguida, o número mudou para R\$ 816 bilhões.

### **Reportagem - Sílvia Mugnatto - Edição - Geórgia Moraes**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/790205-especialistas-afirmam-que-reforma-administrativa-nao-prioriza-desempenho-do-servico-publico/>)

## **Informação 02 – Entidades entregam manifesto a Lira contra reforma administrativa**

**O assunto está sendo discutido em comissão especial na Câmara dos Deputados**

05/08/2021 - 15:21

A coordenadora da frente, Alice Portugal, diz que proposta ataca servidor

Entidades ligadas ao serviço público entregaram nesta quarta-feira (4) ao presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), manifesto contrário à reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). Eles defendem a retirada do texto para que uma nova proposta possa ser discutida com mais participação dos servidores públicos.

Lira afirmou que o objetivo da PEC é redesenhar o Estado brasileiro para avaliar o serviço público e não o servidor. “Sob a minha presidência, não vamos permitir que nenhum direito adquirido seja prejudicado ou atingido, tenho dito isso em todas as entrevistas que dou. Quando se fala que minha categoria vai sofrer, não vai. Não vamos comentar as versões”, afirmou.

Na opinião da coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, deputada [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), no entanto, a reforma ataca o servidor e prejudica os mais pobres que precisam do serviço público. “O ideal é que outro texto pudesse ser construído a muitas mãos, para desenhar, de fato, o estado brasileiro”, afirmou a parlamentar.

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#), que também integra a frente, afirmou que o objetivo da reforma é privatizar o serviço público e cobrou o impacto das mudanças na saúde, educação e segurança públicas.

“O centro do modelo é fazer cooperação com entidades privadas, tem que saber se esse modelo funcionou em outros lugares. Queremos que o [ministro] Paulo Guedes nos desse explicação”, cobrou Correia.

Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) no encontro, Antonio Augusto afirmou que o objetivo do documento entregue a Lira é mostrar a necessidade de um amplo debate sobre a proposta.

“Na pandemia, vimos a importância dos serviços públicos para se superar os momentos de crise. Temos convicção que esse texto da PEC fragiliza as carreiras e a prestação de serviço”, disse.

Eduardo Maia, da Nova Central, também afirmou que a reforma administrativa precariza os servidores e vai gerar uma fragilização da prestação do serviço. “Queremos mais participação. Os servidores não foram ouvidos no texto”, criticou Maia.

## Na comissão especial

A reforma administrativa está sendo discutida por uma comissão especial na Câmara e Lira já afirmou que [quer votar a proposta no Plenário ainda neste mês.](#)

- [Entenda a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Ontem, deputados da oposição pediram ao relator da proposta, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), que [sejam retirados do texto os dispositivos que permitem a ampliação de contratos temporários e cargos em comissão.](#) E, na terça, representantes de servidores públicos de diferentes carreiras ouvidos pela comissão afirmaram que [temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela PEC.](#)

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

## Reportagem – Luiz Gustavo Xavier - Edição - Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/790210-entidades-entregam-manifesto-a-lira-contra-reforma-administrativa/>)

## **Informação 03 – Plenário discute projeto que permite a desestatização dos Correios; acompanhe**

05/08/2021 - 11:37

O Plenário da Câmara dos Deputados iniciou a Ordem do Dia da sessão desta quinta-feira (5) com a discussão do Projeto de Lei 591/21, do Poder Executivo, que permite à iniciativa privada explorar serviços postais. O relatório do deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA) recomenda a aprovação de substitutivo, que prevê, entre outros pontos:

- garante estabilidade de 18 meses para funcionários após a desestatização dos Correios;
- oferece exclusividade de cinco anos na operação de serviços postais para empresa que arrematar a estatal;
- proíbe o fechamento de agências que garantem serviço postal universal em áreas remotas;
- mantém a empresa unificada, evitando a desestatização dos serviços postais por regiões.

### [Assista à sessão ao vivo](#)

Antes do início da Ordem do Dia, vários deputados da oposição já manifestaram ser contrários à votação da proposta. O deputado Rogério Correia (PT-MG) acusa o governo de entregar os Correios para o capital financeiro internacional. "Os Correios são uma empresa lucrativa. E por que o governo quer vender? Para que algum amigo do rei ganhe, e passe a ganhar dinheiro, cobrando caro os serviços que são prestados por uma empresa estratégica", atacou.

Já o relator defende que a desestatização dos Correios é urgente para permitir investimentos na modernização e digitalização do setor postal. "Apesar da estrutura organizacional existente, do ponto de vista da qualidade dos serviços postais, a ECT não tem tido uma boa performance, e vem perdendo a aprovação do povo brasileiro. Na verdade, a empresa carece de agilidade, de eficiência, de investimentos e de um planejamento de futuro", analisou Gil Cutrim.

Os Correios contam com uma força de trabalho de 99.443 empregados e uma frota com 10 aeronaves terceirizadas, 781 veículos terceirizados e 23.422 veículos próprios, entre caminhões, furgões e motocicletas.

## **Pauta**

A pauta do Plenário ainda inclui as Medidas Provisórias 1040/21, que elimina exigências e simplifica a abertura e o funcionamento de empresas; e 1042/21, que reformula a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Executivo, autarquias e fundações.

Ainda há outros 23 requerimentos de urgência e projetos sobre temas diferentes.

## **Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Wilson Silveira**

### **Tempo real:**

- 18:38 - [Plenário analisa MP que simplifica a abertura de empresas](#)
- 16:14 - [Aprovado texto-base de projeto que autoriza setor privado a explorar serviços postais](#)
- 14:28 - [Eficiência dos Correios gera polêmica no debate sobre desestatização: acompanhe](#)
- 13:00 - [Relator defende desestatização dos Correios para aumentar investimentos: acompanhe](#)
- 12:21 - [Deputado questiona constitucionalidade de desestatização dos Correios: acompanhe](#)

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/790016-plenario-discute-projeto-que-permite-a-desestatizacao-dos-correios-acompanhe/> )

## **Informação 04 – Lira espera votar reforma administrativa até o final de agosto**

**Presidente da Câmara voltou a dizer que a proposta não vai atacar direitos adquiridos**

03/08/2021 - 10:39 • Atualizado em 03/08/2021 - 11:00

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), disse nesta terça-feira (3) que espera votar a reforma administrativa (PEC 32/20) no Plenário da Casa até o final de agosto. Segundo ele, o texto vem sendo debatido de forma transparente com todos os parlamentares.

Lira lembrou que, no mês passado, [a Câmara aprovou a proposta que limita os chamados supersalários](#) como um pré-requisito para dar prosseguimento à aprovação da reforma administrativa.

O presidente da Câmara voltou a dizer que a proposta não vai atacar direitos adquiridos. “A reforma visa dar uma melhor condição de serviços do Estado e torná-lo mais leve e previsível, e que os investidores nacionais e internacionais saibam que os gastos serão contidos e vamos analisar os serviços, não o servidor. Não vamos atacar qualquer direito adquirido”, garantiu o presidente, afirmando que as mudanças trarão “um Estado mais ágil com regras mais modernas”.

Lira destacou ainda que, apesar de o calendário da reforma ser curto, em razão das eleições no ano que vem, a proposta pode ser aprovada até novembro pelas duas Casas do Legislativo. Segundo ele, depois de novembro, o Congresso vai discutir o Orçamento e entrar em recesso no fim do ano e, quando retornar, vai encontrar um País polarizado em razão da disputa eleitoral.

“Temos a obrigação de entregar as matérias estruturantes para o País até novembro, e depois com Orçamento, recesso, eleição, fica complicado, pois os interesses políticos se sobressairão”, ressaltou.

## **Judiciário**

O presidente foi questionado ainda sobre a inclusão do Judiciário na reforma administrativa. Segundo Lira, é preciso que o Poder Judiciário encaminhe sua proposta para não correr o risco de extrapolar limites constitucionais. Arthur Lira disse ainda que, embora o lobby das categorias do funcionalismo público seja forte, “não é mais forte do que os fatos”.

Para o relator, [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), negar a necessidade da reforma é negar que tenha havido mudanças tecnológicas na administração pública e desconhecer que a população não aprova os serviços públicos prestados a ela. Ele ressaltou que a estabilidade dos atuais servidores vai ser tratada de forma responsável pela comissão.

“Não queremos punir ninguém, mas podemos fazer uma equiparação entre o trabalho do serviço público e do serviço privado. Não há por que alguns terem direito de viver no mundo da fantasia e outros em outro mundo”, disse.

O presidente da CNI, Robson Andrade, ressaltou a importância da reforma administrativa para sinalizar para os investidores que o País vai avançar na eficiência dos serviços públicos e do equilíbrio fiscal, sobretudo, com um Congresso reformista.

“Precisamos adequar o Brasil às condições de outros países membros da OCDE, que são países que têm um sistema administrativo muito bem estruturado, com custos adequados e o retorno dos serviços para população”, disse Andrade.

O representante do Ministério da Economia Caio Paes de Andrade disse que a administração pública precisa da prerrogativa de avaliar os servidores e valorizar o bom funcionário. Segundo ele, atualmente, o servidor público tem uma avaliação mal feita e superficial.

“Hoje, cada servidor representa um compromisso financeiro para o contribuinte que dura 59 anos (serviço, aposentadoria e pensão). Passou no concurso público, 59 anos estável. Isso faz sentido?”, questionou Andrade.

**Reportagem – Luiz Gustavo Xavier -Edição - Natalia Doederlein**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/788961-lira-espera-votar-reforma-administrativa-ate-o-final-de-agosto/> )



## **Informação 05 – Comissão da Reforma Administrativa discute regras para contratações temporárias**

04/08/2021 - 08:37

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) realiza nova audiência pública nesta quarta-feira (4) para discutir o preenchimento de cargos em comissão e funções de confiança e a contratação temporária de servidores.

### [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Chamada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros. As principais medidas tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas somente para quem ingressar no setor público após a aprovação das mudanças.

### [Assista no YouTube.](#)

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados, entre outros: a diretora da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Vera Monteiro; o diretor da Fundação Lemann, Weber Sutti; e a subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, Iracema Keila Castelo Branco.

### [Confira a lista completa de convidados](#)

O debate foi proposto pelos deputados [Gervásio Maia \(PSB-PB\)](#), [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), [Rogério Correia \(PT-MG\)](#), [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#), [Sâmia Bomfim \(Psol-SP\)](#), [Ivan Valente \(Psol-SP\)](#), [Milton Coelho \(PSB-PE\)](#) e [Lincoln Portela \(PL-MG\)](#).

A audiência será realizada no plenário 2, a partir das 9h30.

Ontem representantes de servidores públicos de diferentes carreiras ouvidos pela comissão afirmaram que [temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela proposta.](#)

### **A comissão**

A Comissão da Reforma Administrativa [foi instalada no dia 9 de junho](#). Ela é presidida pelo deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#) e tem como relator o deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#).

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), já disse que [espera votar a proposta no Plenário da Casa até o final de agosto.](#)

### [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

**Da Redação - ND**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789014-comissao-da-reforma-administrativa-discutira-regras-para-contratacoes-temporarias/> )



## **Informação 06 – Estabilidade e carreiras de Estado são tema de 18 emendas à reforma administrativa**

**Relator argumenta que reforma irá premiar bons servidores; oposição teme precarização do trabalho com o fim da estabilidade**

03/08/2021 - 14:42 • Atualizado em 03/08/2021 - 21:30

A estabilidade de servidores públicos e a definição de carreiras típicas de Estado são o tema de 18 das 45 emendas apresentadas na Comissão Especial da Reforma Administrativa ([PEC 32/20](#)). Os deputados também se preocupam com o vínculo de experiência (7), a jornada e remuneração de servidores (assunto tratado em 6 emendas), aposentadoria e previdência (6), concurso ou seleção (6), férias e licenças (5 emendas), cargos comissionados ou de liderança e assessoramento (5).

Ainda há emendas sobre avaliação de desempenho, desligamento ou perda de cargo e cooperação com empresas privadas, entre outros temas. Várias das emendas tratam de carreiras específicas, incluindo profissionais de Segurança (6), da Justiça (5), da Saúde (2), professores (3 emendas) e militares (3).

### [Entenda a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Atualmente, os servidores que passaram em concurso público ganham estabilidade depois de três anos de exercício do cargo. Depois disso, eles só perdem a vaga se houver uma sentença judicial transitada em julgado, um processo administrativo ou pelo procedimento de avaliação periódica de desempenho. No entanto, a proposta do Executivo limita a estabilidade apenas a carreiras típicas de Estado, que seriam definidas depois por lei complementar.

### **Impessoal**

O relator da proposta de reforma administrativa, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), avisou que a lei sobre estabilidade e demissão de servidores será impessoal. "Não será dado a nenhum chefe de plantão o direito de demitir por seu gosto, por sua vontade exclusiva. Tem que ter a avaliação do usuário do serviço público, o que é fácil por meio da internet e da tecnologia", propôs.

O relator lembrou que o Estado investe recursos para contratar um servidor por meio de concurso e deve recuperá-lo caso o desempenho não seja satisfatório. "A avaliação deve ser muito mais no sentido de premiar o funcionário que tenha um bom desempenho do que punir o mau desempenho", analisa.

Arthur Oliveira Maia ainda apontou para a necessidade de aprimorar os conceitos e critérios de avaliação dos funcionários públicos. "Não é razoável que a gente veja índices de analfabetismo funcional nas escolas brasileiras. Mas quando você fala em avaliar o professor, parece que você está jogando pedra na cruz", afirmou.

### **Preocupação**

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) disse estar preocupado com a concepção do relator sobre o que seriam as carreiras de Estado. "Carreira exclusiva não tem nada a ver com estabilidade. Para o relator, professores e agentes de saúde não precisam de estabilidade. Isso me assusta. Trocar um professor não vai resolver o problema", criticou. "Assim, 80% dos servidores não vão ter

estabilidade. Desmanchar a estabilidade terminaria com o serviço público, com a substituição pela iniciativa privada e precarização do trabalho."

Rogério Correia ainda nota que, mesmo para as carreiras típicas de Estado, a demissão não será mais por decisão judicial transitada em julgado, mas por ordem judicial colegiada. "Acaba com a presunção de inocência do servidor público", lamentou. Ele ainda observa que, segundo o texto da PEC, a avaliação de desempenho poderia ser feita "na forma da lei", e não por lei complementar.

"O governo poderia baixar uma medida provisória de demissão em massa, para fazer as contratações temporárias ou convênios com a iniciativa privada", teme.

O deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#) nota que, desde o envio da PEC, a estabilidade tem sido o ponto mais discutido e polêmico. "Não podemos tratar a estabilidade como a bala de prata que vai resolver todos os problemas do serviço público no Brasil, mas cabe a nós aprimorar este instrumento" ponderou.

Tiago Mitraud considera que as previsões atuais para perda de cargo são insuficientes, especialmente porque a avaliação de desempenho não foi regulamentada. Segundo ele, também seria necessário criar regras para extinguir cargos e carreiras que não são mais necessários porque se tornaram obsoletos.

"Temos de dar a capacidade de o Estado se reorganizar. Estabilidade não é um privilégio, mas um instrumento necessário para preservação do interesse público. Infelizmente, o cargo público é almejado não pelo interesse público, mas porque a estabilidade dá a tranquilidade para não apresentar resultados."

### **Pressões políticas**

O deputado [Luis Miranda \(DEM-DF\)](#) defendeu a estabilidade como meio de proteger os servidores de pressões políticas. Ele afirmou que seu irmão, o servidor concursado do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, foi atacado e ameaçado por apresentar denúncias de irregularidade na compra da vacina indiana Covaxin. "Se não fosse a estabilidade, certamente teria sido demitido", argumentou.

Luis Miranda ainda defendeu que os cargos de chefia fossem limitados a funcionários de carreira. "Quem tem poder, manda, desmanda, humilha e coloca em xeque a vida da pessoa e de seus familiares e filhos. Que servidor público, sabendo que poderia perder o emprego, vai cumprir com suas obrigações?", questionou.

### **Argumentos**

Além da proteção contra perseguições políticas, entre os principais argumentos a favor da estabilidade estão a continuidade para implementar políticas públicas, a atração de profissionais qualificados, a manutenção da memória da organização e a igualdade no tratamento entre servidores. Já os críticos dizem que a estabilidade leva à perda de motivação dos servidores, impunidade para servidor com baixo desempenho, aumenta o poder burocrático, leva a tratamento desigual com trabalhadores do setor privado e aumenta o gasto público com a folha de pagamento.

Os custos com o funcionalismo estão entre os principais argumentos do governo contra a estabilidade. O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo José Mattos Sultani, afirmou que apesar de 12,5% dos trabalhadores atuarem no setor

público, esses servidores gastam 13,4% do PIB. "A estabilidade se equipara a um contrato vitalício", comparou.

Quase 87% dos servidores são estáveis e a administração pública federal já dispõe de mais inativos do que ativos em seus quadros (52,9% são inativos). O secretário informou que o Brasil gasta R\$ 8,2 bilhões por ano com 69 mil servidores ativos em cargos extintos.

Sultani lembrou que o Congresso deverá regulamentar as hipóteses de perda do cargo em lei complementar. "Impossível o desligamento do servidor por motivação político partidária. A lei vai eliminar as possibilidades de perseguição pessoal, pressões corporativas ou político partidárias", disse.

## ESTABILIDADE DE SERVIDORES



Arte: Thiago Fagundes/Agência Câmara.

28/7/2021

**Correção:** A versão inicial deste texto informava que havia 62 emendas à proposta de reforma administrativa. Realmente foram apresentadas 62 emendas, mas apenas 45 atingiram o número mínimo exigido de assinaturas, que é 171.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789039-estabilidade-e-carreiras-de-estado-sao-tema-de-18-emendas-a-reforma-administrativa/>)

### **Informação 07 – Servidores temem demissões e pressão política com reforma administrativa**

**Proposta é analisada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados**

03/08/2021 - 22:13

Representantes de servidores públicos de diferentes carreiras afirmaram aos deputados da comissão especial da reforma administrativa que temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela [PEC 32/20](#), do Poder Executivo. Em audiência pública nesta terça-feira (3), os debatedores se dividiram entre pedidos de rejeição total da reforma

administrativa e a sugestão de alternativas para modernizar o serviço público por outros projetos de lei.

A [PEC 32/20](#) divide o serviço público entre carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado. No entanto, a estabilidade é limitada apenas à primeira categoria, que ainda será definida por lei complementar.

O deputado Professor [Israel Batista \(PV-DF\)](#) considera o debate sobre a estabilidade perigoso e infrutífero. "A estabilidade é essencial para toda a equipe. O auditor pode dar uma multa, mas o servidor administrativo colocar a multa no fundo da gaveta a pedido do governador", argumentou. Já o deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) defendeu a manutenção da estabilidade para os professores. "Quebrar a estabilidade será um desastre e vai destruir a educação", alertou.

### **Disputas**

Secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Rosilene Corrêa Lima afirmou que a divisão das carreiras do serviço público pode gerar disputas entre os servidores. "A PEC abre as portas para terceirização e contratação precária", criticou. Ela afirmou que a mudança significa a volta do regime de contratação anterior à Constituição de 1988, que era marcado pelo crivo político. "Fui contratada como professora em Goiás em 1982 ainda sem concurso. Quando o governo mudou, houve demissão em massa. Ficamos reféns da vontade de um governador", lembrou. Rosilene Corrêa Lima ainda afirmou que teme o clientelismo e o assédio no trabalho. "Qual critério o gestor vai adotar para permanência no serviço público?", indagou.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandir Felix De Paiva, questionou os números apresentados pelo governo para defender a reforma administrativa. Ele afirmou que a [PEC 32/20](#) ameaça a autonomia da Polícia Federal ao permitir a mudança de cargos por decreto. "Vai ser a destruição da Polícia Federal", alertou. "A estabilidade não é privilégio. Custa a imaginar que o Parlamento vai dar um cheque em branco para o governo agir por decreto."

### **Precarização**

A professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Cibele Franzese observou que estados e municípios já usam outros regimes jurídicos para serviços de saúde e educação, especialmente em creches. Ela citou dados do Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (Conass) observando que apenas 54,9% dos trabalhadores estaduais de saúde são estatutários. "O cargo por tempo indeterminado existe em vários países, mas não se sabe se vai precarizar o trabalhador. Não é o remédio para o baixo desempenho e não fortaleceria as áreas sociais que prestam serviço à população."

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, teme que a [PEC 32/20](#) incentive a corrupção por causa da precarização dos vínculos. "É um vale-tudo na área pública que nós não podemos permitir." Rudinei Marques apoiou emenda à proposta, apresentada pelo deputado [Lincoln Portela \(PL-MG\)](#), que preserva a estabilidade de cargos que já são previstos na Constituição e permite que outros sejam acrescentados por lei complementar.

## Alternativas

O presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), Unadir Gonçalves Junior, também criticou a ausência de conceito da carreira típica de Estado, que ainda será definido por lei complementar. "Com a proteção insuficiente para função pública nos demais vínculos haverá aumento do personalismo. É uma ferramenta do patrimonialismo, clientelismo e autoritarismo", criticou.

O consultor legislativo para Economia do Trabalho Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira ponderou que o uso de regras típicas do setor privado não impede que seja oferecido serviço público gratuito, universal e de qualidade. "No modelo atual há risco de ineficiência, mas no novo modelo há risco de pessoalidade", observou. Ferreira sugeriu alternativas para PEC 32, como a votação do PLP 92/07, que cria a figura das "fundações estatais" para apoio a ações sociais, e do PLP 248/98, que permite a demissão de servidor público estável no caso de desempenho insuficiente.

Outras alternativas seriam manter o sistema atual, com a revisão do número de faltas permitidas sem justificativa, e a ampliação do alcance do Portal da Transparência, que poderia incluir informações sobre jornada, presença, produtividade e até avaliações de desempenho de servidores.

## Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789620-comissao-debate-avaliacao-e-desempenho-de-servidores-publicos/>)

## 3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

### SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**CAMINHO DA PROPOSTA**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- CESP → ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.

Ver menos

Chegou à comissão em: 09/06/2021

SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

### QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

### DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021  
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021  
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021  
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021  
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2009387](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>



## 4 – Tramitação detalhada

05/08/2021

**Andamento:**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220 )**

- Aprovado requerimento n. 114/2021 da Sra. Alice Portugal que requer a realização a inclusão de debatedor nas audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos, a ser realizada na Comissão Especial destinada a apreciar a PEC 32/2020. Convidado: Dr. Vicente Martins Prata Braga, representante da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal – ANAPE.
- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 116/2021, pelo Deputado Rogério Correia (PT/MG), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Denise Motta Dau - Assistente social, mestra em saúde coletiva, secretária sub-regional da Internacional de Serviços Públicos (ISP)". [Inteiro teor](#)
- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 117/2021, pelo Deputado Rogério Correia (PT/MG), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir o senhor José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores Em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares - FENTECT". [Inteiro teor](#)

## 5 – Enquete da PEC 32

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / PEC 32/2020

**Acesse a nova versão da ficha de tramitação**  
mais fácil de entender

Cadastrar para acompanhamento | Versão anterior da ficha | Versões para impressão ▼

**PEC 32/2020** | [Inteiro teor](#)

Proposta de Emenda à Constituição

**Situação:** Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**Acessóri de:**

**PROPOSTA APROVADA**  
**PROPOSTA REJEITADA**

**PEC 32/2020**  
O QUE VOCÊ ACHA DISSO?  
[Responda](#)

**Sessões e Reuniões**

25/05/2021 - 06h00  
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

**VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:**

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

## Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

**CANCELA  
A REFORMA**  
*Já!*

### 6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 03 de agosto

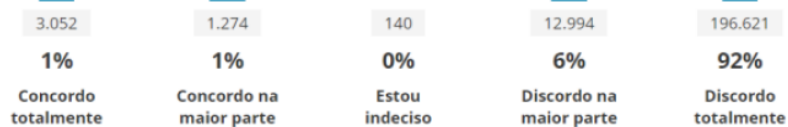
CÂMARA DOS DEPUTADOS

## ENQUETE DA PEC 32/2020

Veja a tramitação | Entenda a proposta

### RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>





## 7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

### REUNIÕES ANTERIORES


É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

**ACESSE:** <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>


**ASSISTA** 




Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público



Concurso Público e Vínculo de Experiência



Audiência Pública com o Ministro Paulo Guedes



Magistratura, MP, TC, Advocacia Pública, Defensoria, Mandatos Eletivos

Todas as transmissões →

**CONTATO**  
PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA  
**Secretário-executivo:** Lucas Paranhos Quintella  
**Local:** Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165  
**Telefones:** (61) 3216-6206

**56ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900  
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-0-619-619, de 8h às 20h  
Atendimento presencial: de 9h às 19h

### **TRANSMISSÕES**

**ACESSE:** <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar>

## 8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

#### **Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos**

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

#### **Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança**

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado**

- [Cibele Franzese](#), Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- [Unadir Gonçalves Junior](#), Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

#### **Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público**

- [Leonardo José Mattos Sultani](#), Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- [Leonardo Secchi](#), Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- [Alketa Peci](#), Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

#### **Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência**

- [Felipe Drumond](#), Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- [Lademir Gomes da Rocha](#), Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;

- **José Celso Pereira Cardoso Junior**, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
  - Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil
  - Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020
  - Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos

**Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos**

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

**Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)**

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

**Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública**

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

---

## 9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

Não há eventos programados para esta data (06/08/2021)

**Segundo o Plano de Trabalho da Comissão, as atividades já foram reiniciadas a partir de 03 de agosto.**

## **PLANO DE TRABALHO**

Roteiro de audiências públicas para debater temas relacionados à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20:

22.06.2021 - Inovação na administração pública

29.06.2021 - Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela administração pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo de § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo de art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição).

30.06.2021 – Presença do ministro Paulo Guedes (data sugerida)

06.07.2021 - Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

07.07.2021 - Regime jurídico dos militares das Forças Armadas e dos militares dos Estados e do Distrito Federal

13.07.2021 - Concurso público e vínculo de experiência

14.07.2021 - Condições para aquisição de estabilidade no serviço público

03.08.2021 - Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

04.08.2021 - Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

11.08.2021 - Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

12.08.2021 - Regime próprio de previdência social

17.08.2021 - Situação dos empregados públicos na reforma

18.08.2021 - Efeitos da reforma sobre os atuais servidores federais, estaduais e municipais

19.08.2021 - Regulamentação da reforma

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2021

Deputado Arthur Oliveira Maia